



Universidade do Estado do Pará  
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP  
Comissão de Prestação de Licitação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CNPJ nº 34.860.833/0001-44

PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
Nº 90.006/2026/UEPA PAE nº 2026/2552328	➤ Data - 07/07/2026. ➤ Hora - 10h.

**OBJETO**

Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de estágio Extracurricular da Universidade do Estado do Pará, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino regular oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96.

MÉTODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	REAJUSTE ÍNDICE
<input type="checkbox"/> Aberto <input checked="" type="checkbox"/> Aberto e fechado <input type="checkbox"/> Fechado e aberto	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço <input type="checkbox"/> Maior desconto	<input type="checkbox"/> IPCA <input type="checkbox"/> INCC <input type="checkbox"/> INPC <input checked="" type="checkbox"/> IGPM <input type="checkbox"/> Outro: (sigla)  Período: a cada 12 meses, a contar da data do orçamento estimado.

**ENTREGA/EXECUÇÃO**

➤ FORMA	O objeto deverá ser executado, em conformidade com o expresso no Termo de Referência.
➤ PRAZO	Em conformidade com o expresso no Termo de Referência.
➤ LOCAL	Conforme descrito no Termo de Referência.

VALOR TOTAL	PAGAMENTO
R\$ 109.368,00	➤ Forma - Ordem bancária. ➤ Prazo - 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura)



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

## Sumário

CLÁUSULA 1 - Promotor do pregão .....	3
CLÁUSULA 2 - Fundamento legal.....	3
CLÁUSULA 3 - Objeto .....	3
CLÁUSULA 4 - Condições para participar da licitação .....	4
CLÁUSULA 5 - Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação .....	6
CLÁUSULA 6 - Preenchimento da proposta .....	9
CLÁUSULA 7 - Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances .....	10
CLÁUSULA 8 - Julgamento das propostas .....	16
CLÁUSULA 9 - Habilitação .....	20
CLÁUSULA 10 - Adjudicação e homologação .....	25
CLÁUSULA 11 - Recursos.....	25
CLÁUSULA 12 - Infrações e sanções administrativas .....	26
CLÁUSULA 13 - Impugnação ao edital .....	30
CLÁUSULA 14 - Disposições finais .....	30



## REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

### *CLÁUSULA 1 - Promotor do pregão*

O PROMOTOR deste pregão é a **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**, Autarquia de regime especial, **CNPJ nº 34.860.833/0001-44**, com sede na Rua do Una, número 156, Bairro Telégrafo, Belém/PA, neste ato representado pelo **Magnífico Reitor Clay Anderson Nunes Chagas**.

### *CLÁUSULA 2 - Fundamento legal*

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decretos Estaduais nº 534/2020, 2.939/2023 e 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

### *CLÁUSULA 3 - Objeto*

**3.1** Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de estágio Extracurricular da Universidade do Estado do Pará, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino regular oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.1.1** Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e as especificações constantes do Termo de Referência (TR), prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**3.2** Os bens ou serviços a serem licitados constam descritos no Termo de Referência, anexo I do Edital.

**3.3** A licitação observará o seguinte:

- ☒ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do Termo de Referência, anexo I do Edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☐ **Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

---

***CLÁUSULA 4 - Condições para participar da licitação***

---

**4.1** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**4.2** O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

**4.3** É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

**4.4** A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**4.4.1.** O item 1 do TR está destinado para ampla disputa.

**4.5** Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

**4.6** Não poderão disputar esta licitação:

- a)** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b)** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**4.7** É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

**4.8** Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**4.9** O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

**4.10** Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item 4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.11** As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

**4.12** O disposto nas alíneas b e c do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

**4.13** A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

---

*CLÁUSULA 5 - Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação*

---

**5.1** A licitação terá as seguintes fases:



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**



**5.2** Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

**5.3** No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4** As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**5.4.1** Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**5.4.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

**5.5** A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

**5.6** Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

**5.7** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

**5.8** Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

**5.9** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.10** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a) A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será sigiloso para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**5.12** Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração e da sua desconexão.

**5.13** O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

---

*CLÁUSULA 6 - Preenchimento da proposta*

---

**6.1** O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) ☒ valor do item.
- ☐ (percentual) desconto.
- b) Marca.
- c) Fabricante.
- d) Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

**6.2** O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

**6.3** Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**6.4** Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.13.

**6.5** Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.6** A apresentação das propostas obriga o LICITANTE ao cumprimento do que nelas estão contidas, consoante detalhamento exposto no Termo de Referência.

**6.7** Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a) Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b) O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
  - I. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
  - II. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

---

*CLÁUSULA 7 - Abertura da sessão, classificação das propostas e  
formulação de lances*

---

**7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** A proposta eletrônica cadastrada no sistema que identifique o LICITANTE será desclassificada.

**7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

**7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

**7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

**7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.9** O lance deverá ser ofertado no **valor total do item**.

**7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

**7.12** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **1,00 (UM REAL)**.

**7.13** O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**7.14** O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

MODO DE DISPUTA	REGRAS
<input type="checkbox"/> <b>ABERTO</b>	<p><b>a)</b> No <b>modo de disputa aberto</b>, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;</p> <p><b>b)</b> A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública;</p> <p><b>c)</b> A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;</p> <p><b>d)</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;</p> <p><b>e)</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;</p>



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

	<p>f) Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>
<p style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/> <b>ABERTO E FECHADO</b></p>	<p>a) No <b>modo de disputa aberto e fechado</b>, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;</p> <p>b) A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada;</p> <p>c) Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será sigiloso até o encerramento do prazo de 5 minutos;</p> <p>d) No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor;</p> <p>e) Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter sigiloso.</p>
<p style="text-align: center;"><input type="checkbox"/> <b>FECHADO E ABERTO</b></p>	<p>a) No <b>modo de disputa fechado e aberto</b>, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela;</p> <p>b) Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações;</p> <p>c) Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea a, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos;</p> <p>d) A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública;</p> <p>e) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no</p>



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

	<p>caso de lances intermediários;</p> <p><b>f)</b> Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;</p> <p><b>g)</b> Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;</p> <p><b>h)</b> Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.</p>
--	---

**7.15** Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.14, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.16** Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

**7.17** Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

**7.18** No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

**7.19** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20** Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21** Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

**7.21.1** Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

**7.21.2** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

**7.21.3** Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

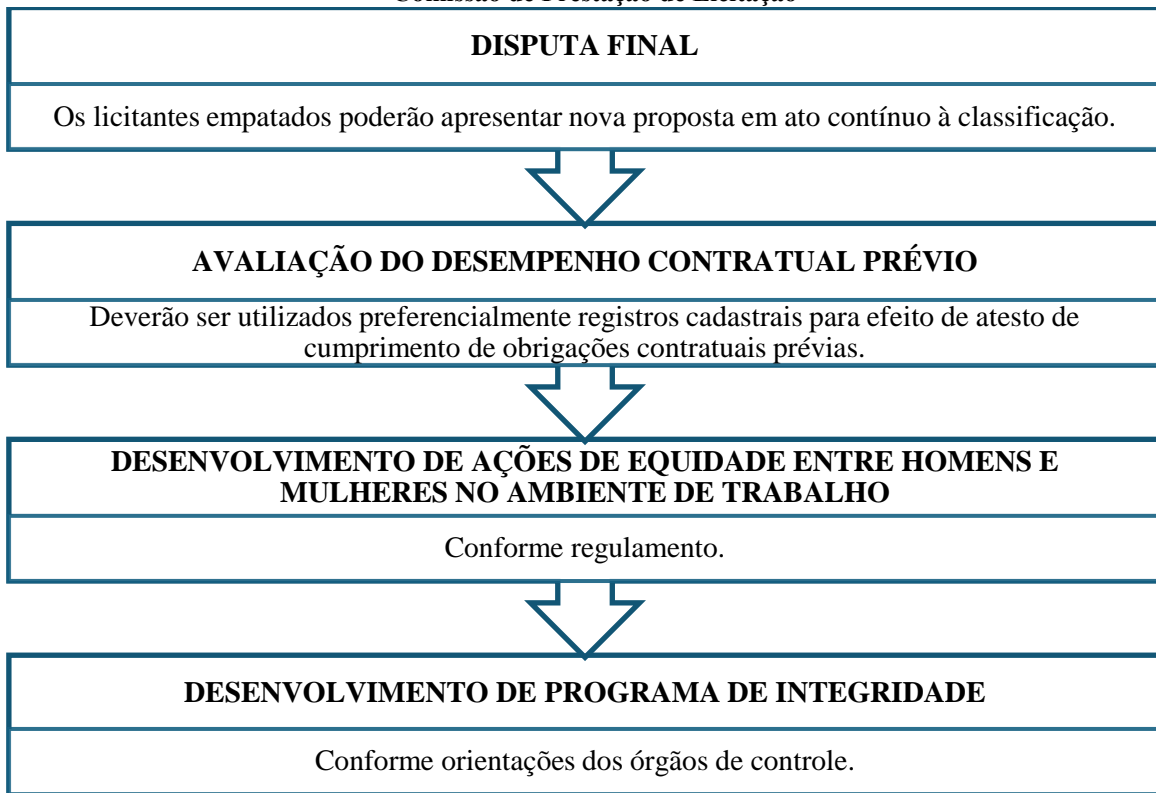
**7.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

**7.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

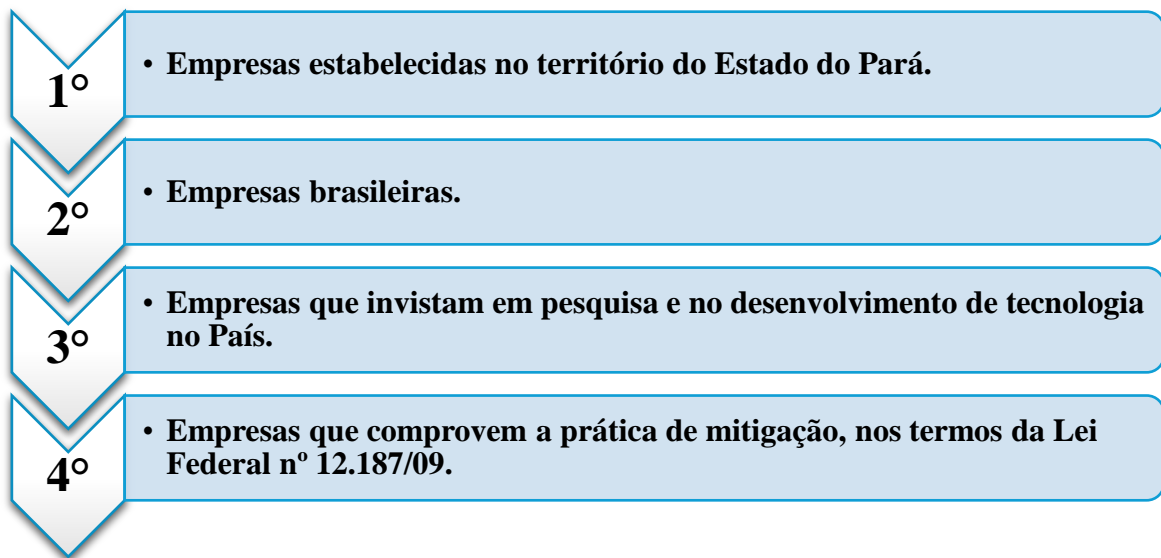
**7.23** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



Universidade do Estado do Pará  
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP  
Comissão de Prestação de Licitação



7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**7.26** Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

**7.27** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

**7.27.1** O não envio da proposta ajustada no prazo de 2 (duas) horas ensejará na desclassificação do licitante.

**7.28** O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.29** O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.30** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**7.31** Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

---

*CLÁUSULA 8 - Julgamento das propostas*

---

**8.1** Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** SICAF;
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

**8.3** Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b) O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

**8.4** O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

**8.5** Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

**8.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**8.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**8.8** É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a) Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

**8.9** Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas a e b do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

**8.10** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos itens 8.8 e 8.9, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a) Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b) No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c) No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d) Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

**8.12** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**8.12.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.13** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**8.13.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**8.13.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.14** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.15** Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.16** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

**8.17** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**8.18** A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a) Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b) Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**8.19** Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

**8.20** A proposta de preço atualizada em conformidade com o último lance ofertado e, quando for o caso, o preço negociado, deverá ser enviada no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação do Pregoeiro, e conter ainda as seguintes informações:

**8.20.1** Ser disponibilizada em formato digital, preferencialmente com o timbre oficial da empresa com a razão social e o número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), elaborada com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada;

**8.20.2** Fazer menção ao número deste edital e conter referência ao endereço comercial e eletrônico, incluído CEP, número de telefone e dados bancários (códigos do banco e agência e número da conta corrente) exigidos para emissão de nota de empenho, formalização do contrato e pagamento de faturas;

**8.20.3** Conter referência aos dados de identificação (nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, e-mail) da pessoa responsável pela assinatura do termo de contrato e da pessoa a ser designada como preposto da empresa na execução do contrato;

**8.20.4** Declarar concordância com o prazo de entrega e demais condições previstas no Termo de Referência (Anexo I).

**8.20.5** Declarar prazo de validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

---

***CLÁUSULA 9 - Habilitação***

---

**9.1** Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

**9.1.1** Para habilitação neste certame será verificada a seguinte documentação:

**9.1.1.1 Jurídica**

**9.1.1.1.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**9.1.1.1.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**9.1.1.1.3** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

**9.1.1.1.4** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**9.1.1.1.5** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**9.1.1.1.6** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

**9.1.1.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.1.1.2 Técnica**

**9.1.1.2.1** Atestados ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação do objeto compatível em características e quantidades com o objeto deste Pregão.

**9.1.1.2.2** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

**9.1.1.3 Regularidade fiscal, social e trabalhista perante a Fazenda Federal, Estadual / Distrital e Municipal**

**9.1.1.3.1** Receita Federal e PGFN

**9.1.1.3.2** FGTS

**9.1.1.3.3** Trabalhista



Universidade do Estado do Pará  
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP  
Comissão de Prestação de Licitação

**9.1.1.3.4** Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda

**9.1.1.3.5** Receita Estadual/Distrital

**9.1.1.3.6** Receita Municipal

**9.1.1.4 Econômico-financeira**

**9.1.1.4.1** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei.

**9.1.1.4.2** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**9.1.1.4.3** A comprovação de boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{(\textit{Ativo circulante} + \textit{Realizável a longo prazo})}{(\textit{Passivo circulante} + \textit{Passivo não circulante})}$$

$$SG = \frac{\textit{Ativo total}}{(\textit{Passivo circulante} + \textit{Passivo não circulante})}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo circulante}}{\textit{Passivo circulante}}$$

**9.1.1.4.4** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**9.1.1.4.5** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**9.1.2.4.6** As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer um dos índices de liquidez, deverão comprovar, como critério alternativo de habilitação, Patrimônio Líquido (PL) mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, em estrita observância ao art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**9.1.1.5 Documentação complementar**

**9.1.1.5.1** Declaração de Sustentabilidade Ambiental, nos termos do Anexo do Edital ou mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada que comprove que a empresa adota práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com o Decreto Federal 7.746/2012.

**9.2** O licitante deverá enviar via Anexo do Sistema, junto a sua proposta, os documentos de habilitação solicitados em Edital, ainda que estes constem no SICAF, para fins de acesso aos demais licitantes, em respeito ao Princípio da Transparência, a partir da convocação do pregoeiro.

**9.3** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.4** Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.5** Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.6** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

**9.7** Os documentos exigidos para a habilitação não poderão ser substituídos pelo SICAF.

**9.8** Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.9** Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**9.10** O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

**9.11** Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

**9.11.1** O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado.

**9.11.2** Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

**9.12** A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

**9.12.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.13** A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

**9.14** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da convocação do Pregoeiro.

**9.14.1** É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

**9.15** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

**9.16** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a) Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.17** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18** Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

**9.19** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluído o procedimento de habilitação.

**9.20** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

---

***CLÁUSULA 10 - Adjudicação e homologação***

---

**10.1** O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor:

- a) Pela autoridade competente, caso não haja interposição de recurso; ou
- b) Pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

**10.2** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

---

***CLÁUSULA 11 - Recursos***

---

**11.1** A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**11.1.1** Qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata e motivada após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

**11.1.2** O prazo para manifestação da intenção de recurso no sistema eletrônico será de 10 (dez) minutos, contados do aviso enviado pelo Sistema/Pregoeiro no chat da sessão.

**11.2** O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

**11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6** Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

**11.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

**11.10** Os autos do processo permanecerão acessíveis no Sistema PAE.

---

*CLÁUSULA 12 - Infrações e sanções administrativas*



Universidade do Estado do Pará  
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP  
Comissão de Prestação de Licitação

**12.1** Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

#### INFRAÇÃO

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
  - 1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 4) Deixar de apresentar amostra;
  - 5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- e) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

#### PENALIDADE

- **Multa** 0,5% a 15% do valor do contrato licitado; e
- **Impedimento de licitar e contratar\***

\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.

#### INFRAÇÃO

- f) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;



Universidade do Estado do Pará  
Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP  
Comissão de Prestação de Licitação

- h) Fraudar a licitação;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 1) Agir em conluio ou contra a lei;
  - 2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 3) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13;
- l) Dar causa à inexecução total do contrato.

**PENALIDADE**

- **Multa** 15% a 30% do valor do contrato licitado; e
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

**12.2** As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

**12.3** As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

**12.4** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5** A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.6** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

**12.7** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.8** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

**12.10** A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

**12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.13** Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.14** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**12.15** O recurso a que se refere o item 12.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.16** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

**12.17** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

---

*CLÁUSULA 13 - Impugnação ao edital*

---

**13.1** Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

**13.2** A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

**13.3** A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.4** A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail [cpl@uepa.br](mailto:cpl@uepa.br).

**13.5** As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

**13.6** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.7** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

---

*CLÁUSULA 14 - Disposições finais*

---

**14.1** A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

**14.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

**14.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

**14.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

**14.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6** Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**14.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal, Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal ComprasPará e site da UEPA.

**14.12** Eventuais garantias previstas nos anexos deste Edital deverão ser observadas neste processo licitatório e na execução do objeto licitado.

**14.13** Quando quaisquer dos anexos deste Edital fizer menção à área geográfica legalmente definida, caberá ao LICITANTE observar a legislação vigente e as supervenientes alterações legais neste processo licitatório e na execução do objeto licitado.

**14.13.1** Em caso de divergência entre qualquer ato ou comunicação da Administração ocorridos no processo licitatório, quando não previsto nos anexos deste Edital, e a legislação que defina ou crie área geográfica específica, caberá ao LICITANTE observar a Lei e as alterações dela.

**14.14** Toda legislação ou normatização infralegal tratada por quaisquer anexos deste Edital deverá ser observada pelos LICITANTES.

**14.15** Na execução do objeto licitado, quando houver divergência de entendimentos, entre a Administração e o Adjudicado, sobre dispositivos legais, infralegais ou contratuais, o



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

Adjudicado, quando demandado pela Administração, deverá expor detalhadamente, de maneira formal e escrita, o seu entendimento sobre o conteúdo da questão controvertida.

**14.15.1** A exposição detalhada de entendimento deverá ser feita à autoridade que gerencie ou fiscalize a execução de serviço, o fornecimento de bens ou a operacionalização de serviços de engenharia.

**14.15.2** O disposto no item 14.15 poderá, no que couber, ser aplicada na fase recursal, que é regida pela Cláusula 11.

**14.16** Havendo alguma impossibilidade no envio de informações e de documentos via Anexo do Sistema, o Pregoeiro poderá conceder que o envio seja efetivado através do e-mail [cpl@uepa.br](mailto:cpl@uepa.br).

**14.17** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos exigidos pelo Edital.

**14.18** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.19** Eventuais modificações no Edital e seus anexos serão divulgadas pelo mesmo meio em que se deu a publicidade do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação das propostas.

**14.20** Fica dispensada a reabertura de prazo mencionada no item anterior quando a alteração não afetar, comprovadamente, a formulação das propostas, a competitividade do certame ou os requisitos de habilitação das licitantes.

**14.21** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTITATIVO DE BOLSA ESTÁGIO
- ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- ANEXO III – ANÁLISE DE RISCOS
- ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



**Universidade do Estado do Pará**  
**Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento – PROGESP**  
**Comissão de Prestação de Licitação**

▪ **ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

Belém, 24 de junho de 2026.

Patricia Mendonça  
AGENTE ADMINISTRATIVO  
EQUIPE DE APOIO  
MATRÍCULA nº 57201370/1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de estágio Extracurricular da Universidade do estado do Pará, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino regular oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96.

### 2.DA JUSTIFICATIVA

2.1. A universidade do estado do Pará - UEPA instituiu o Programa de Estágio Extracurricular no âmbito desta Universidade com o objetivo principal de propiciar ao estudante o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, com o objetivo de educá-lo para a vida cidadã e para o trabalho. A Lei 11.788, de 25.09.2008, trouxe novo regramento ao instituto de estágio curricular. Dessa forma, considerando todo o arcabouço administrativo que envolve a realização de seleção, convocação, contratação e gerenciamento do estágio diretamente pela UEPA, o cenário para a contratação de uma empresa para atuar como agente de integração e gerir os inúmeros órgãos públicos, com essa contratação trazendo mais transparência aos processos de recrutamento e de seleção.

### 3.DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

- 3.1 A preparação para o trabalho produtivo, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino.
- 3.2 O desenvolvimento de habilidades próprias da atividade profissional.
- 3.3 O aperfeiçoamento técnico-cultural e científico.
- 3.4 A contextualização curricular, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos.
- 3.5 A participação de atividades de cunho social objetivando o desenvolvimento para a vida cidadã.

### 4.DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 11.788, 25 de setembro de 2008, que prevê a admissão de estagiários por órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 4.2. Lei nº 14.133/2021, que trata de Licitações e Contratos na Administração Pública.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

☐ Inexigibilidade.

☐ Dispensa de valor.

**5.DO CRITÉRIO DE  
SELEÇÃO**

☐ Dispensa de Licitação, com fundamentação no art. 75, VIII da 14.133/21.

☒ Licitação, via Pregão Eletrônico.

**6. DA  
ESPECIFICAÇÃO DO  
SERVIÇO**

6.1 Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio Extracurricular no âmbito da UEPA, mediante a concessão de bolsas de estágio, com o preenchimento de vagas, todas para estudantes de ensino superior ou ensino médio da rede pública e privada.

6.2 O Contratado deverá gerenciar os estagiários que, no dia da vigência do contrato, estejam atuando na UEPA, adotando todas as providências, inclusive no que tange à contratação de seguro contra acidentes pessoais, até o término do Termo de Estágio vigente ou dispensa pelos respectivos supervisores dos referidos estudantes.

6.3 A contratação do seguro contra acidentes pessoais para estes casos deve começar a vigorar a partir do início da vigência do estágio.

6.4 A UEPA não está obrigada a preencher o total de vagas disponibilizadas para estágio não curricular, haja vista que tal preenchimento ocorrerá de acordo com as necessidades do órgão, condicionado ao seu interesse e à sua disponibilidade orçamentária e financeira.

6.5 Os agentes de integração interessados na contratação deverão ofertar valor fixo pré-determinado referente (taxa de administração) por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

6.6 No valor ofertado, a que se refere o item 5.4, deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos/despesas necessários ao atendimento do objeto desse projeto básico, ou seja, todas as despesas relativas ao seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários e outras decorrentes da seleção, do encaminhamento e do acompanhamento dos estagiários, além de todas aquelas relacionadas à plena execução das atividades do programa de estágio. Não será considerada para esse fim qualquer proporcionalidade, quer seja no ingresso, quer seja no desligamento.

6.7 A UEPA repassará à contratada, mensalmente, a quantia correspondente ao valor nominal obtido referente à taxa de administração para fazer face às despesas decorrentes do Programa de Estágio.

6.8 O agente de integração a ser contratado deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados em normas, regulamentos, processo de supervisão e sistemas eletrônicos de processamento de dados, relativos à Educação, bem como



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

serviços de suporte operacional e administrativo, gestão e disponibilização de informações gerenciais estratégicas, necessários para a adequada gestão do processo de atendimento, sua coordenação e supervisão.

## 7.DA NATUREZA DO SERVIÇO

7.1 O Programa de Estágio na UEPA visa propiciar ao estudante o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, com o objetivo de educá-lo para a vida cidadã e para trabalho.

7.2 As atividades de estágio serão realizadas nas dependências da UEPA, nos Centros e Núcleos do Interior, desde que estejam relacionadas diretamente com atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos na UEPA e levando-se em consideração o que determina a Lei nº 11.788/2008 e as normas produzidas internamente (Regulamentos, Resoluções e Portarias) que estabelecem regras para a prática de estágio estudantil extracurricular remunerado nas unidades da Universidade.

7.3 Serão repassadas, as vagas de estágio em função da área de especialização e da demanda das unidades organizacionais, podendo ser alterado, reduzido ou acrescido, no interesse da UEPA.

7.4 A realização de estágio na UEPA está condicionada à assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e terá a duração máxima de 2 anos conforme legislação estadual.

7.5 A jornada de estágio é de 20 (vinte) horas semanais, devendo ser compatível com o horário escolar, cumprida de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da respectiva unidade.

7.6 Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, pelo qual se obrigará a cumprir as condições de estágio.

7.7 Comunicar imediatamente à contratada sobre qualquer alteração em sua situação acadêmica.

7.8 Acatar a legislação e as normas disciplinares de trabalho da UEPA, além de preservar sigilo referente às informações a que tiver acesso.

7.9 Executar as atividades que lhe forem atribuídas, que estejam relacionadas ao seu aprimoramento profissional, conforme definido no Termo de Compromisso de Estágio.

7.10 Promover a devolução de valores recebidos de forma indevida por ocasião de seu desligamento da UEPA.

## 8.DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O Prazo de Vigência da Contratação será de 05 (um) anos, contados a partir da data de sua assinatura, sendo admitida a sua prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº. 14.133/2021.

9.1 Proporcionar local e condições para realização das atividades de estágio.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**9. DAS OBRIGAÇÕES  
DO CONTRATANTE**

- 9.2 Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o estudante, zelando pelo cumprimento.
- 9.3 Dispor de recursos financeiros para o planejamento, execução e o acompanhamento das atividades pertinentes ao Programa de estágio remunerado Extracurricular e pagamento em consonância com a SEPLAD/Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.
- 9.4 Efetuar o pagamento mensal das bolsas-estágio diretamente a seus estagiários de acordo com as diretrizes da SEPLAD/Secretaria de Estado de Planejamento e Administração.
- 9.5 Solicitar aos estagiários, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar.
- 9.6 Informar ao CONTRATADO, de imediato, sempre que identificada irregularidade na situação escolar de qualquer estagiário e toda vez que ocorrer rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio/TCE, para as necessárias providências legais e interrupção dos procedimentos técnicos e administrativos a cargo do CONTRATADO, quando for o caso.
- 9.7 Disponibilizar link de acesso ao contracheque para os estagiários.
- 9.8 Disponibilizar link de acesso aos estagiários, informando sobre bolsas de estágio concedidas, para fins de Declaração de Imposto de Renda.
- 9.9 Indicar servidor com formação ou experiência profissional na área de conhecimento para desempenhar atividades de supervisão de estágio até o limite de 10 estagiários simultaneamente.
- 9.10 Solicitar ao agente de integração Contratado a realização de processo seletivo de estágio sempre que for identificada a necessidade.
- 9.11 Solicitar ao agente de integração Contratado a substituição de estudantes, quando ocorrer desligamentos, a fim de que esse proceda à convocação dos estudantes habilitados em processo seletivo.
- 9.12 Informar ao agente de integração contratado, as atividades, a jornada e a unidade onde se realizará o estágio.
- 9.13 Participar sistematicamente do acompanhamento, supervisão e avaliação dos estagiários, fornecendo dados às instituições de ensino ou ao agente contratado, quando solicitado.
- 9.14 Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.
- 9.15. Encaminhar estagiários aos setores solicitantes, verificando a compatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas com a área de formação do estudante.
- 9.16. Assegurar aos estagiários recesso remunerado, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, nos termos do art. 13, caput, da Lei nº 11.788/2008.
- 9.17 Conceder bolsa de estágio nos termos da Lei nº 11.788/2008.
- 9.18 Solicitar aos supervisores a apresentação periódica de relatório de atividades de estágio para encaminhamento à instituição de ensino.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

9.19 Entregar, por ocasião do desligamento do estagiário, termo de realização e/ou declaração do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

9.20 Expedir certificado aos estudantes que tenham concluído o estágio com, no mínimo, aproveitamento satisfatório.

9.21 Cumprir com todas as responsabilidades, como contratante, indicadas no Termo de Compromisso de estágio e no Termo Aditivo.

9.22 Exercer, permanentemente, fiscalização da execução dos serviços, por Intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, a qual anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

9.23 Notificar o agente de integração contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**10. DAS  
OBRIGAÇÕES DO  
AGENTE DE  
INTEGRAÇÃO  
CONTRATADO**

10.1 Cumprir com as obrigações contratuais firmadas com a UEPA;

10.2 Possuir estrutura física de atendimento situada na Cidade de Belém-PA.

10.3 Possuir e manter, devidamente atualizado, banco de dados dos estagiários.

10.4 Realizar processo(s) seletivo(s) presencial(ais) de estagiários, pelo menos uma vez ao ano ou quando se esgotarem os candidatos classificados disponíveis para contratação.

10.5 Entregar Termo de compromisso de estágio aos estudantes selecionados, no prazo máximo de 72 horas ou 3 dias úteis a partir da solicitação da UEPA.

10.6 Solicitar ao estudante e conferir toda a documentação necessária, que será pré-requisito para a elaboração e emissão do Termo de Compromisso de Estágio, tais como: documento de identidade, declaração de escolaridade dos estagiários;

10.7 Lavrar o termo de Compromisso de estágio entre o estudante, a instituição de ensino e a UEPA e seu Termo Aditivo, quando for o caso;

10.8 Substituir, a pedido da UEPA, os estagiários que não consigam adequar-se às normas reguladoras do Programa de estágio e às atividades que lhe forem atribuídas pelo supervisor de estágio.

10.9 Gerenciar os estagiários que ainda estiverem desempenhando suas atividades na UEPA, providenciando, inclusive, o seguro contra acidentes pessoais.

10.10 Estabelecer mecanismos de acompanhamento, controle, inclusive de frequência, e avaliação do Programa de estágio e controlar e informar a UEPA os vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio, inclusive os desligamentos em virtude do término do período máximo de



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

estágio, com pelo menos 30 dias de antecedência, para as providências de substituição.

10.11 Conferir, no ato da emissão do Termo de Compromisso de estágio, a situação escolar do estudante candidato ao estágio e demais condições exigidas para sua contratação e verificada situação escolar irregular, adotar as providências necessárias para regularizá-la.

10.12 Informar a UEPA o número da apólice e o nome da companhia seguradora no contrato de prestação de serviços.

10.13 Acompanhar e prestar assistência aos estagiários nos casos de sinistros, conforme previsto em apólice de seguro firmada em favor do estagiário.

10.14 Assumir inteiramente a responsabilidade e arcar total e exclusivamente com todos os custos despesas, encargos e obrigações trabalhistas, sociais previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, obrigando-se a saldá-los na época própria, visto que seus empregados não estabelecerão nenhuma espécie de vínculo.

10.15 Prestar orientação à área de Gestão de Pessoas da UEPA quanto a aspectos técnicos, jurídicos e pedagógicos do estágio, inclusive sobre exigências específicas dos Conselhos Fiscalizadores de Profissão quanto à supervisão de estágio.

10.16 Informar e orientar, sempre que solicitado, a área de Gestão de Pessoas da UEPA e os supervisores de estágio sobre procedimentos, temas relevantes, posturas institucionais e operacionais relativas ao programa de estágio, por meio de reuniões, encontros ou palestras.

10.17 Fornecer assessoramento jurídico quando necessário, principalmente na ocorrência de possíveis demandas trabalhistas.

**11. DA  
TRANSFERÊNCIA  
DE RECURSOS  
REFERENTES AOS  
SERVIÇOS  
PRESTADOS PELO  
AGENTE DE  
INTEGRAÇÃO**

11.1 O pagamento será efetuado pela UEPA, por meio de ordem bancária, no banco a ser indicado pelo agente de integração, no prazo de até 10(dez) dias úteis contados da data da apresentação do documento de cobrança, devidamente atestado pelo setor competente.

11.2 O agente de integração deverá apresentar até o 5º dia útil do mês seguinte a fatura/nota fiscal com o valor a ser pago pela UEPA, acompanhado de relatório nominal dos estagiários para conferência e atesto por parte do fiscal do contrato.

11.3 A UEPA disporá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para proceder o atesto do documento de cobrança, contatos de seu recebimento.

11.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, estes deverão ser devolvidos para correções necessárias e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema, não respondendo a UEPA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## 12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O acompanhamento e a fiscalização objeto deste Termo de Referência serão exercidos por um servidor da UEPA especialmente designado para esse fim, por meio de Portaria.

12.2 A fiscalização será exercida no interesse da UEPA e não exclui ou reduz a responsabilidade do agente de integração, inclusive perante a terceiros, por conduta omissiva ou comissiva de seus agentes, nem implica correspondente do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.

12.3 Não obstante o agente de integração seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, a UEPA reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização das disposições contidas neste Termo de Referência, podendo para tanto ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados se eles estiverem em desacordo com o pactuado, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas deste Termo de Referência.

## 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas para execução do contrato a ser firmado correrão, no exercício de 2026.

**Programa de Trabalho:**

**Fonte:**

**Dotação orçamentária:**

**Elemento de Despesa:**

## 14. DAS SANÇÕES

14.1 Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/21, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e das demais cominações legais.

14.2 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções: INFRAÇÃO a) Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame; b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando: 1) Não enviar



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4) Deixar de apresentar amostra; 5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; d) Dar causa à inexecução parcial do contrato; e) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. PENALIDADE Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado; e Impedimento de licitar e contratar\*  
\* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”. INFRAÇÃO f) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; g) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; h) Fraudar a licitação; i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: 1) Agir em conluio ou contra a lei; 2) Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13; l) Dar causa à inexecução total do contrato. PENALIDADE Multa 15% a 30% do valor do contrato licitado; e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**15. CRITÉRIO DE  
AVALIAÇÃO DAS  
PROPOSTAS**

15.1 As propostas serão avaliadas pelo julgamento da melhor proposta a Universidade.

**16. QUANTITATIVO  
DE ESTAGIÁRIO**

16.1 O quantitativo de bolsa estágio consta no anexo I.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**17.CRITÉRIOS DE  
JULGAMENTO**

- ☐ Maior desconto.  
☐ Melhor técnica.  
☒ Menor preço.

**18.REQUISITOS DA  
CONTRATADA**

- 18.1. Somente poderão ser credenciados os agentes de integração que apresentarem todos os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e proposta de acordo com os termos deste Edital e seus anexos.
- 18.2. As despesas relativas à participação neste Credenciamento serão de responsabilidade exclusiva do interessado, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública.
- 18.3. Todas as especificações dos serviços, a forma de convocação e contratação, obrigações da contratada e contratante.
- 18.4. A Contratada deverá prestar serviços de agência de integração de estagiários, fazendo a interlocução entre os órgãos, as instituições de ensino e os estudantes.
- 18.5. A empresa deverá fazer o recrutamento, a seleção, a operacionalização e a administração de todo o processo do estágio.
- 18.6. Todas as etapas de realização do estágio, desde a seleção até a conclusão das atividades, obedecerão ao disposto na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008;
- 18.7. Somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas de formação estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo Poder Executivo do Estado.

**19.VALOR  
ESTIMADO DA  
CONTRATAÇÃO**

- Valor do contrato - 280 estagiários
- Valor unitário - R\$ 32,55
- Valor mensal - R\$ 9.114,00
- Valor anual - R\$ 109.368,00

**20. DISPOSIÇÕES  
GERAIS**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

20.1 A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendida, que a Empresa dá plena concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2 A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados neste termo de Referência, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

20.3 A Contratante poderá exigir o afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que venha a causar embaraço, ou adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

20.4 Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas e suprimidas no telefone (91) 32849568.

**21. NOME/FUNÇÃO  
DO RESPONSÁVEL  
PELO TERMO DE  
REFERÊNCIA**

HELEN DO SOCORRO SILVA ROSA

Matrícula: 55208214/1

Diretora de Gestão de Pessoas

**ANEXO I**

**QUANTITATIVO DE BOLSA ESTÁGIO**

ITEM	QUANT ANUAL	QUANT MENSAL	TAXA ADMINISTRATIVA DO AGENTE R\$	QUANT * MESES	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL ANUAL R\$
1	3.360	280	R 32,55	12	9.114,00	109.368,00

**\*Esclarecemos que a vigência do contrato é de 60 meses, todavia, em virtude do orçamento ser anual o valor global constante no anexo I é de 12 meses.**

Belém, 02 de junho de 2026.



## ASSINATURAS

**Número do Protocolo:** 2026/2552328

**Anexo/Sequencial:** 13

*Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.*

### Assinatura(s) do Documento:

**Assinado eletronicamente por:** Helen do Socorro Silva Rosa,

**CPF:** \*\*\*.818.072-\*\*

**Em:** 02/06/2026 11:24:37

**Aut. Assinatura:** dc1a9af9bcdb86e90a5166af7ff8aad7f1a6d75cd416109522e7b077332725e8



**Identificador de autenticação:** fb2a9239-a4b3-4027-805d-4e1172551c03

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
Qual a necessidade a ser atendida?	Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de estágio Extracurricular da Universidade do Estado do Pará, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino regular oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96.	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
Qual o tipo de objeto?	<input type="checkbox"/> Bem. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço	
Qual a natureza?	<input type="checkbox"/> Com dedicação exclusiva de mão de obra <input checked="" type="checkbox"/> Continuada. <input checked="" type="checkbox"/> Sem dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Não continuada	
Vigência do contrato?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 60 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado.	
Haverá prorrogação?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Há transição com contrato anterior?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim - contrato nº 2025/2566557 <input type="checkbox"/> Não	
Padrão mínimo de qualidade	Item	Descrição detalhada
	I	A execução do serviço na modalidade estágio, conforme a <b>Lei 11.788/2008</b> , deve ocorrer obrigatoriamente como um ato educativo escolar; todas as tarefas realizadas no dia a dia devem possuir uma correlação direta com o currículo do curso e o



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

		plano de atividades pedagógicas definido no Termo de Compromisso.
	II	Na prática, o serviço deve ser desempenhado sob supervisão constante e qualificada. A parte concedente do estágio tem o dever de designar um supervisor do seu próprio quadro de pessoal, que possua formação ou experiência na área de conhecimento do estagiário, para orientar e acompanhar as atividades.
	III	Quanto à dinâmica temporal, a execução das atividades deve respeitar rigorosamente os limites de carga horária, que geralmente são de 4 horas diárias e 20 horas semanais para o ensino superior e médio regular.
	IV	O descumprimento dessas normas de execução, como a falta de correlação com o curso ou a ausência de supervisão, descaracteriza o estágio e pode gerar o reconhecimento de vínculo empregatício pleno (CLT).
Há critérios de Sustentabilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
Onde foram pesquisadas as possíveis soluções?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Internet. <input checked="" type="checkbox"/> PNC <input type="checkbox"/> Outro - Especificar:	
Formas de Seleção?	A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de Menor Preço. A adjudicação será por item/lote global, visando a economia de escala. A qualificação técnica será comprovada mediante atestados que demonstrem a aptidão para o recrutamento, seleção e gestão administrativa de estagiários, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008.	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

<b>Justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor solução?</b>	<p>Conforme disposto na Lei nº 11.788 de 2008, a finalidade do Programa de Estágio é propiciar a complementação do ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração, na forma de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, visando também ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, com o objetivo de desenvolver o educando para a vida cidadã e para o trabalho.</p> <p>Nesse cenário, a contratação de um Agente de Integração é de fundamental importância para o atingimento da finalidade do Programa de Estágio estabelecido pela UEPA e para assegurar ainda a manutenção da qualidade e celeridade dos serviços prestados por esta Universidade, uma vez que a atuação dos estudantes auxilia sobremaneira o andamento dos processos de suas unidades de lotação, de acordo com as respectivas atividades de sua área de formação.</p>
<b>Há restrição de fornecedores?</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</b>	
<b>O que será contratado?</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio Extracurricular no âmbito da UEPA, mediante a concessão de bolsas de estágio, todas para estudantes de ensino superior ou ensino médio da rede pública e privada;</li><li>2. O Contratado deverá gerenciar os estagiários que, no dia da vigência do contrato, estejam estagiando na UEPA, adotando todas as providências, inclusive no que tange à contratação de seguro contra acidentes pessoais, até o término do Termo de Estágio vigente ou dispensa pelos respectivos supervisores dos referidos estudantes,</li><li>3. A contratação do seguro contra acidentes pessoais para estes casos deve começar a vigorar a partir do início da vigência do estágio.</li><li>4. A UEPA não está obrigada a preencher o total de vagas disponibilizadas para estágio não curricular, haja vista que tal preenchimento ocorrerá de acordo com as necessidades do órgão, condicionado ao seu interesse e à sua disponibilidade orçamentária e financeira.</li><li>5. Os agentes de integração interessados na contratação deverão ofertar valor fixo pré-determinado referente (taxa de administração) por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.</li><li>6. No valor ofertado, deverão estar inclusos todos os impostos, taxas e demais encargos/despesas necessários ao atendimento do objeto desse projeto básico, ou seja, todas as despesas relativas ao seguro de acidentes</li></ol>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

	<p>pessoais em favor dos estagiários e outras decorrentes da seleção, do encaminhamento e do acompanhamento dos estagiários, além de todas aquelas relacionadas à plena execução das atividades do programa de estágio. Não será considerada para esse fim qualquer proporcionalidade, quer seja no ingresso, quer seja no desligamento.</p> <p>7. A UEPA repassará ao agente de integração contratado, mensalmente, a quantia correspondente ao valor nominal obtido referente à taxa de administração para fazer face às despesas decorrentes do Programa de Estágio.</p> <p>8. O agente de integração a ser contratado deverá prestar um atendimento especializado, receptivo e ativo, executado por meio de profissionais qualificados em normas, regulamentos, processo de supervisão e sistemas eletrônicos de processamento de dados, relativos à Educação, bem como serviços de suporte operacional e administrativo, gestão e disponibilização de informações gerenciais estratégicas, necessários para a adequada gestão do processo de atendimento, sua coordenação e supervisão.</p>			
Qual o prazo da garantia contratual?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há <input type="checkbox"/> 90 dias.u <input type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro - Especificar:			
Há necessidade de assistência técnica?	<input type="checkbox"/> Sim - Justificar: <input checked="" type="checkbox"/> Não			
Há necessidade de manutenção?	<input type="checkbox"/> Sim – Descrever solução: <input checked="" type="checkbox"/> Não			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
Como se obteve o quantitativo estimado?	<input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input checked="" type="checkbox"/> PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas <input checked="" type="checkbox"/> Outro: Quantitativo retirado com base no plano de trabalho detalhado do projeto			
Especificação:	Item	Descrição	Und	Qtd mensal



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

	I	Estagiários	serviço	280	
Meios usados na pesquisa?	<input checked="" type="checkbox"/> Paineis de preços <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores <input type="checkbox"/> Contratações anteriores <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Outro: Especificar:				
Estimativa de preço	Item	Descrição	Unidade	Qtd Mensal	Valor total (anual)
Obs.: Valor estimado de acordo com o contrato vigente.	I	Estagiários	R\$ 32,55	280	R\$ 109.368,00
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO					
A solução será dividida em itens?	<input type="checkbox"/> Sim				
	<input checked="" type="checkbox"/> Não- Por que?	<input type="checkbox"/> Objeto indivisível <input type="checkbox"/> Perda de escala <input checked="" type="checkbox"/> Economicamente inviável <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade <input type="checkbox"/> Outro: Especificar:			
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES					
Há contratações correlatas ou interdependentes?	<input type="checkbox"/> Sim <b>Especificar:</b> (Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente). <input checked="" type="checkbox"/> Não				
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO					
Há previsão no plano de contratações anual?	<input type="checkbox"/> Sim - Especificar item do PCA: Providências:				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

	<input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>RESULTADOS PRETENDIDOS</b>	
<b>Quais os benefícios pretendidos na contratação?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input type="checkbox"/> Redução de Custos <input checked="" type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Serviço continuado <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública <input type="checkbox"/> Outro: Especificar
<b>CONCLUSÃO</b>	
<b>A contratação possui viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental?</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

**HELEN DO SOCORRO SILVA ROSA**

Matrícula: 55208214/1

Diretora de Gestão de Pessoas

Belém, 02 de junho de 2026.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ANÁLISE DE RISCO

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO
Nenhuma empresa interessada na licitação, devido à realização do PSS para estágio.	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	Demora na contratação de novo agente de integração.
Não haver disponibilidade orçamentária para a execução do contrato no orçamento atual ou nos orçamentos subsequentes.	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	Redução do número de vagas ofertadas no programa de estágio. Interrupção do programa de estágio.
Fornecedor contratado não possuir controle tecnológico adequado para possibilitar à DGP fazer a gestão dos recessos, contratações e rescisões efetuadas diretamente pela Primeira Instância.	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Média	Pagamentos indevidos a estagiários em recesso legal ou já desligados, falta de pagamento a estudantes já contratados.
Selecionar prestador de serviço incapaz de atender as necessidades da UEPa previstas em contrato.	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	Lentidão no atendimento de demandas relativas à contratação, desligamento e pagamentos de estagiários.
Não haver candidatos suficientes para suprir as demandas de todos os cursos em todas as cidades.	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	Descrência da alta administração em relação à operação do processo seletivo público. Não provimento das vagas de estágio em tempo hábil.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Descaracterização de estágio e o reconhecimento do vínculo empregatício	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Alto	A UEPA eventualmente ser condenada a pagar indenizações trabalhistas.
---	---	--	---

AÇÃO	DESCRIÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL
PREVENTIVA	Estudo de mercado, com pesquisa junto a outros órgãos, onde verificou-se que alguns órgãos já realizam processos seletivos online por meio de Agentes de Integração. Verificar a qualidade da prestação tecnológica dos serviços junto aos órgãos que atualmente realizam o processo seletivo público.	DGP
	Checar disponibilidade orçamentária.	DIPE/PROGESP
	Colocar o controle tecnológico dos contratos por parte do Agente de Integração como exigência no Termo de Referência.	DGP
	Reuniões de planejamento da contratação com a toda a equipe, que conta com servidores experientes na execução do atual Contrato de Prestação de Serviço de Integração, para avaliar se as demandas internas do UEPA foram totalmente e adequadamente contempladas. Requisitos do novo contrato baseados no último contrato, com alterações nas especificações técnicas. Manter histórico de ocorrências negativas e boas práticas das contratações anteriores para subsidiar o planejamento de nova contratação.	DGP



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

	Previsão de processo seletivo simplificado e em caso de esgotamento do cadastro de reserva. Verificar a forma que outros órgãos realizam os processos seletivos simplificados em situações semelhantes.	DGP
	Os riscos da descaracterização do estágio podem ser evitados, desde que seguidos os critérios propostos pelo legislador, garantindo que a execução do estágio atenda integralmente a sua finalidade.	PROJUR
CONTINGENCIAL	Ajustar às exigências do Termo de Referência, no caso de licitação deserta.	DGP
	Rígido controle dos valores disponíveis versus valores utilizados ao longo da execução do contrato. Propor redução do número de vagas. Remanejamento de recursos, caso seja permitido.	DGP/ PROGESP
	Rígido controle manual das comunicações recebidas para regularização de valores pendentes. Orientar firmemente as Auditorias sobre a importância da comunicação imediata das ocorrências. Aplicar a devida penalidade em caso de não atendimento da exigência.	DGP/FOPAG
	Não realizar a renovação anual do contrato, planejando nova licitação que contemple a necessidade prejudicada.	DGP/ PROGESP
	Orientar as unidades locais a ajudarem na divulgação dos processos seletivos (principais e simplificados).	ASCOM
	Suspensão imediata de atividades não compatíveis com o estágio.	DGP



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

**HELEN DO SOCORRO SILVA ROSA**

Matrícula: 55208214/1

Diretora de Gestão de Pessoas

Belém, 01 de junho de 2026.



*Universidade do Estado do Pará*  
*Pró-Reitoria de Gestão e Planejamento - PROGESP*  
*Comissão Permanente de Licitação*

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS  
DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

\_\_\_\_\_ (nome empresarial da  
licitante) inscrita no CNPJ N.º : \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_(endereço  
completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-  
assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º  
\_\_\_\_\_, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico xx/2026–UEPA,  
DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de  
proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL**



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

### MINUTA DE CONTRATO N° xx /2026

PAE n° E-2026/2552328

#### RESUMO



##### CONTRATANTE

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**

CNPJ nº 34.860.833/0001-44

##### CONTRATADO

**Nome da pessoa física**

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx. ; **ou**

**Nome da razão social da pessoa jurídica**

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



##### OBJETO

Prestação de Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de estágio Extracurricular da Universidade do Estado do Pará, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino regular oferecidos por instituições públicas ou privadas de educação superior e de ensino médio, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ



### LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço será realizado em XXXXXX



### VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

### REAJUSTE

*Índice* ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGPM

*Período* A cada **12 meses**,

### PAGAMENTO

*Forma* Ordem bancária.

*Prazo* **X dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



### FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no



### VIGÊNCIA

*Prazo* **X meses**.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

### CLÁUSULAS CONTRATUAIS

#### CLÁUSULA 1 - PARTES

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

O ESTADO DO PARÁ, por intermédio da **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ nº 34.860.833/0001-44, com sede na cidade de Belém Capital do Estado do Pará, à Rua do Una, 156, Telégrafo, neste ato representado pelo **Sr. CLAY. ANDERSON NUNES CHAGAS**, Reitor

CONTRATADO

NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio em xxxxxxxx

ou

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por xxxxxxxx, RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio em xxxxxxxxxxxxxxxx

#### CLÁUSULA 2 - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** (ou contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO) constante no PAE nº E-2026/2552328 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA 3 - OBJETO



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**3.1** O objeto da contratação é a **prestação de xxxx**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

**3.2** Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor, e aos anexos desses documentos.

**3.3** Os serviços contratados são descritos no Termo de Referência

### CLÁUSULA 4 - LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

---

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

### CLÁUSULA 5 - PREÇO

---

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

### CLÁUSULA 6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade** xxxxxxxxx.

**Fonte** xxxxxxxxx.

**Programa  
de Trabalho** xxxxxxxxx.

**Elemento  
de Despesa** xxxxxxxxx.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Plano Interno XXXXXXXXX.

### CLÁUSULA 7 - REAJUSTE

---

- 7.1 O contrato será reajustado pelo **IGPM**.
- 7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa**
- 7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.
- 7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.
- 7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.
- 7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.
- 7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.
- 7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

### CLÁUSULA 8 - PAGAMENTO

---

- 8.1 O pagamento será realizado em **x dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

**Banco** Banpará.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**Agência** XXXX-X.

**Conta** XXXXXX-X.

**8.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

**8.4** Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

**8.5** A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

**8.6** A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**8.7** A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

**8.8** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

**8.9** A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

**8.10** Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

**8.11** Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**8.12** A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

**8.13** O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

**8.14** O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

### CLÁUSULA 9 - GARANTIA DE CUMPRIMENTO CONTRATUAL

---

☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

Ou:

☐ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

**9.2** A garantia corresponderá a **x%** do valor atualizado do contrato.

**9.3** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

**Banco** Banpará.

**Agência** XXXX-X.

**Conta** XXXXXX-X.

**9.4** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

**9.5** No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

**9.6** Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **x dias úteis** (inserir número de dias), a contar de sua notificação.

**9.7** O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

**9.8** A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

**9.9** Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

**9.10** A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **x dias úteis**, no mínimo.

## CLÁUSULA 10 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

---

**10.1** O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

### 10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- g. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- a. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

- b. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
  4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- c. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- d. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- f. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- g. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- h. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- i. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- j. Não permitir:
  - 1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
  - 2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

## CLÁUSULA 11 - RESPONSABILIDADE POR DANOS

---

**11.1** A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

**11.2** A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**11.3** O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA 12 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1** Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	<b>Advertência*</b>
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	<b>Impedimento de licitar e contratar*</b>
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	
e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	
f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	
	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

### Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

**12.2** O atraso superior a **15 (quinze) dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4** As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. <b>5%</b> sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de <b>10 dias corridos</b> .	<b>5%</b> sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. <b>10%</b> sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de <b>10 dias corridos</b> pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**12.5** Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

**12.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

**12.7** Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**12.8** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9** A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10** As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

**12.11** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**12.12** No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 13 - ALTERAÇÕES DO CONTRATO

---

**13.1** As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.2** Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

**13.3** As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**13.4** Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

**13.5** Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

### CLÁUSULA 14 - EXTINÇÃO DO CONTRATO

---

**14.1** O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**14.3** Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**14.4** Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

### CLÁUSULA 15 - FISCALIZAÇÃO

---

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor NOME DO SERVIDOR, , matrícula nº nnnn, lotado xxxxxxxx, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

### CLÁUSULA 16 - INTERPRETAÇÃO

---

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

### CLÁUSULA 17 - TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

---

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

### CLÁUSULA 18 - DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

---



## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**18.1** O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

**18.2** Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

### CLÁUSULA 19 - VIGÊNCIA

---

**19.1** O contrato terá vigência de **x meses** contados do início a partir da assinatura do contrato

**19.2** Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

**19.3** Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

### CLÁUSULA 20 - FORO

---

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.





## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**NOME DO TITULAR**

Cargo  
*Contratante*

**NOME DO CONTRATADO**

Nome do representante, se não for PF  
*Contratado*

**NOME DA TESTEMUNHA**

*Testemunha*

**NOME DA TESTEMUNHA**

*Testemunha*